

## **O camarão que “come” as mãos e outras lutas: mulheres da Colônia Z3 - Pelotas/RS**

Luceni Hellebrandt<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente texto corresponde a uma comunicação preparada por ocasião da realização do Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, ocorrido na UENF, em Campos dos Goytacazes - RJ, em setembro de 2017. Assim, a escrita do texto reflete o tom oral da comunicação. A comunicação foi dividida em dois momentos: o primeiro momento retoma autoras que explicitam a questão da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira; o segundo momento faz referência ao título da fala, com algumas reflexões da autora, buscando relacionar a participação de mulheres em espaços de gestão pesqueira e a questão dos conflitos de gênero, apresentando trechos de pesquisa realizada na Colônia Z3 em Pelotas - RS.

**Palavras-chave:** mulheres na pesca; pesca e gênero; invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira; Colônia Z3 - Pelotas/RS

### **Introdução**

Vou dividir a fala em 2 momentos: o primeiro, mais curto, só para dar uma aprofundada sobre a questão da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira, no qual acabarei por repetir muito do que já foi dito aqui nesta semana. É uma discussão relacionada à forma de fazer pesquisa sobre pesca.

Vou denominar esta parte tal como utilizei na tese: “Entendendo a invisibilidade das mulheres na pesca”.

No segundo momento, vou fazer a referência ao título da fala, com algumas reflexões que buscam relacionar a participação de mulheres em espaços de gestão pesqueira e a questão dos conflitos de gênero, apresentando trechos da minha pesquisa na Colônia Z3 em Pelotas - RS.

### **Primeira parte: “Entendendo a invisibilidade das mulheres na pesca”**

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). É integrante do Projeto “Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea”, cujo a realização é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

E-mail para contato: luceni.hellebrandt@gmail.com

Minha principal referencia para falar sobre isso é um artigo curto de Elizabeth Bennet publicado em 2005 na *Marine Policy: Gender, fisheries and development*. Bennet é pesquisadora de uma organização Britânica especializada em economia pesqueira, políticas pesqueiras e sistemas de gestão da pesca. IDDRA Ltda / UK. Neste artigo a autora atribuiu a três fatores o motivo das questões de gênero permanecerem marginalizadas na pesquisa pesqueira e nas tomadas de decisões. O primeiro fator pode ser atribuído ao foco da gestão na produção pesqueira e nos estoques sobrexplotados, com a atenção de pesquisadores voltada principalmente ao setor da captura - dominado por homens, em detrimento de pesquisas sobre processamento e comércio, que são setores onde as mulheres estão mais presentes.

O segundo fator que Bennet aponta é que as pesquisas com o propósito de serem neutras a respeito de gênero (gender-neutral) frequentemente são de fato cegas quanto a gênero (gender-blind), e assim falham em ver os modos de vida em uma perspectiva mais ampla. Estas pesquisas “são desenvolvidas por pesquisadores que frequentemente não incluem mulheres nas entrevistas e discussões, por razões culturais, ou porque familiares homens ‘falam’ por elas” (BENNET, 2005, p. 451).

Uma forma de fazer pesquisa que ignora as mulheres: Ellen Woortmann e Edna Alencar (orientada por Woortmann) já alertavam sobre isso em seus trabalhos no inicio da década de 1990:

“Em alguns casos, a análise que se sobressai obscurece a importância das atividades femininas, seja no mar ou na terra, pois não considera sua relação orgânica com a pesca. Assim, muito da “invisibilidade” da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo. Na construção, certos aspectos da realidade são privilegiados, de acordo com o “recorte” realizado para alcançar os objetivos do estudo. (ALENCAR, 1993, p. 66)

O terceiro fator que Bennet destaca é a questão dos dados nacionais sobre pesca. A forma como a estatística pesqueira não desagrega dados por sexo. Neste sentido, também ainda na década de 1990 temos o trabalho de Sarah Gammage. Pesquisadora de gênero e empoderamento econômico do ICRW (International Center for Research on Women), criticou a forma com que as estatísticas contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres na pesca. No artigo referido, a autora aponta como instrumentos de coleta de dados quantitativos são cegos em relação às questões de gênero (gender-blind), portanto falham em capturar a diversidade de gênero na economia pesqueira e subestimam os papéis das mulheres nesta atividade. A consequência disso é que “a contribuição das

mulheres permanece sem reconhecimento e tomadores de decisão falham em considerar os papéis das mulheres no planejamento ambiental e no desenvolvimento.” (GAMMAGE, 1996 (2004), p. 36).

### **Segunda parte: a pesquisa na Z3**

Embora os estudos sobre gênero e pesca já tenham uma produção considerável, e também pesquisas em andamento, como exemplo este evento e os Simpósios Temáticos que ocorrem no Fazendo Gênero, propostos pela professora Rosário, quando buscamos esta discussão sobre mulheres na pesca dentro da gestão pesqueira, os estudos são escassos e as mulheres continuam invisíveis.

Assim, tendo em vista a lacuna de pesquisas que marquem os lugares das mulheres na gestão pesqueira, apontando a importância dos papéis que desenvolvem nas comunidades pesqueiras, decidi me debruçar sobre uma comunidade que era próxima fisicamente a mim, a “Z3” e entender este local através das mulheres que daí vivem.

“Z3” é como as pessoas que ali vivem denominam este local no 2º Distrito de Pelotas, cujo nome oficial é Colônia São Pedro. “Z3” é um termo curto para “Colônia Z3”, que algumas vezes é utilizado também por moradores da “cidade” e até como nome para a linha de ônibus, embora uma colônia de pesca seja um espaço institucional e não uma área física.

Mas as razões da minha escolha por este local vão além da proximidade física. Hoje entendida como um bairro da cidade, com diversas “facilidades” urbanas (água, luz, internet, posto de saúde, escola secundária, transporte público com horários regulares, mas também usuários de crack e aumento de criminalidade) não é a única comunidade pesqueira de Pelotas, mas é a que concentra a maior parte dos mais de 1.000 Registros Gerais da Pesca - RGPs ativos no município. (1.121 - MPA, 2014 / 1.326 - MPA, 2012).

Além disso, a Colônia de Pescadores Z3, fundada no início do Século XX, visando estratégias de defesa nacional de acordo com o artigo 73 da Lei no. 2.544 de 1912, tem sua história em torno da pesca.

De colonização açoriana, e grande contribuição dos “catarinenses”, relação que se mantém explícita atualmente, quando observamos a cadeia produtiva do camarão-rosa, principal recurso pesqueiro ali explorado. 80% do camarão capturado na Z3 tem como primeiro destino empresas Catarinenses de

Laguna e Palhoça, seguindo dali tanto para o Mercado Público de Florianópolis, como para os Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e para o exterior.

Outro fator está relacionado ao meu desejo de trabalhar com este tema das mulheres na gestão pesqueira. A Z3 tem uma considerável participação no Fórum da Lagoa dos Patos. Este Fórum, criado em 1996 é uma reconhecida experiência de co-gestão de recursos costeiros. Agrega 21 instituições com o intuito de gerir a região estuarina da Lagoa dos Patos. Tal área é propícia a diversos conflitos que vão além do valor econômico do camarão capturado ali. Por exemplo, compartilham as margens da região estuarina 4 municípios com importantes atividades costeiras (São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul) e geralmente com maior poder econômico que a pesca artesanal (pesca industrial, atividades portuárias, construção naval, etc.).

O Fórum funciona como espaço de discussão que acaba repercutindo em diversas normativas que ordenam a pesca na Lagoa dos Patos. No ano de 2011, as mulheres das comunidades pesqueiras da região estuarina da Lagoa dos Patos tiveram o seguro defeso suspenso. Esta é uma política pública garantida aos pescadores, pescadoras e trabalhadoras na pesca da região desde a década de 1990. Assim, uma parte da minha pesquisa foi entender porque algo que vinha acontecendo há duas décadas foi interrompido no ano de 2011 e utilizei o Fórum para isso.

Desde 2010 acompanhei diversas reuniões do Fórum, que acontecem mensalmente e de forma itinerante entre as 4 cidades que citei anteriormente. Também como recurso metodológico, analisei um conjunto de 78 documentos que correspondem às atas das reuniões ocorridas entre 2007 e 2015, além de entrevistas com mulheres da Z3 que foram afetadas por esta decisão. A descrição detalhada do que ocorreu naquele momento em 2011 e algumas estratégias e reações destas mulheres pode ser lida num artigo na *Vivência: Revista de Antropologia da UFRN* e uma análise deste material do Fórum da Lagoa dos Patos também já foi apresentado em outros eventos de gestão pesqueira, mas em resumo o que aconteceu foi o seguinte:

Por trás de uma preocupação constante com o colapso dos estoques, traduzida na expressão de que “a pesca está acabando”, um dos objetivos do Fórum é fazer a gestão de forma a evitar safras frustradas, e o principal recurso utilizado para isso é pensar a capacidade de suporte da Lagoa traduzido no número de licenças de pesca concedidos. Através de estudos técnicos definiu-se que a capacidade de suporte permitia 4 mil licenças de pesca, ou seja, 4 mil pessoas pescando na Lagoa.

A licença ambiental de pesca é um dos documentos que identifica que a pessoa desenvolve atividade pesqueira, ficando assim habilitada a acessar políticas públicas como o seguro defeso. As

discussões do Fórum tentavam achar uma solução para ajustar as quase 6 mil licenças distribuídas para o que se estipulou como limite da capacidade de suporte, as 4 mil licenças.

A medida adotada, em reuniões onde pescadoras ou trabalhadoras na pesca eram apenas 3% de quem se manifestava, decidiu que a solução era retirar as licenças das mulheres, pois “mulheres não vão pro mar”, já que perdura o entendimento de que o papel das mulheres da Lagoa dos Patos na pesca é a ajuda através de reparo das redes e processamento do pescado.

Por outro lado, a ideia que se tinha quando desta decisão era a de que isso nada afetaria, pois até 2011 mesmo as mulheres que não tinham licença de pesca podiam apresentar a de um familiar (marido ou filho, por exemplo). Mas em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão que na época era responsável pela liberação do seguro defeso, decidiu que somente teria acesso ao benefício quem tivesse licença ambiental de pesca nominal.

Depois de muita discussão, protesto, e recursos, o Ministério Público Federal ordenou que o pagamento de seguro defeso às mulheres fosse realizado naquele ano.

Bem, depois de entender o que aconteceu lá em 2011, um dos elementos que eu passei a investigar foi os papéis que as mulheres da Z3 desenvolvem na atividade pesqueira. Embora alguns autores enfatizem que os estudos de gênero e pesca devem ultrapassar esta fase de identificação de papéis, avançando nas contribuições delas para a sustentabilidade ambiental, por exemplo, ainda considero que este primeiro passo é necessário para trazer reflexões importantes. Por exemplo, a ideia da divisão sexual do trabalho, de quem vai ao mar e quem processa / beneficia o pescado.

Analisando as entrevistas, as quais eu geralmente iniciava com o questionamento explorando a história de vida, de como a interlocutora se envolveu com a pesca, percebi que não se trata de uma simples divisão sexual previamente estabelecida e constantemente reproduzida (na literatura e sobretudo na interpretação dos órgãos governamentais) de que homem pesca e mulher processa. Passei a pensar, com base nos relatos das minhas interlocutoras, é que o que também define quem vai ao mar e quem processa pescados é a disponibilidade (como uma categoria analítica).

A disponibilidade de se distanciar da casa, e a disponibilidade de peixe na safra, por exemplo.

[A]:

*“Saí da vida que eu levava com meu pai e entrei na vida com pescador igual.*

*Na época do meu pai, no caso, ele que pescava e a gente é que limpava né. Aí quando eu casei eu comecei a acompanhar. Aí ia a gente a botar rede aqui fora mesmo, depois do canal, saía em torno de 5 e meia, 6 horas, safar as redes, lá por 1 e meia, 2 horas da tarde, tá voltando.*

*Eu pescava direto, mas como eu ainda tinha a minha mãe , a minha mãe me ajudou a criar o meu filho mais velho, mas depois, grávida do meu mais novo, aí perdi a minha mãe com 2 meses, tinha 2 meses que ele nasceu, e aí quer dizer, eu tive que parar de ir pro mar. Mas eu passava a semana toda e voltava só fim de semana porque a minha mãe cuidava do filho, entendesse? [...] Mas conforme ela faleceu, eu tive que assumir a casa.”*

[L]

*“Eu tenho 56 anos, mas eu trabalho na pesca desde os 14 anos, eu sempre pesquei, eu sempre andei a Lagoa a fora. Agora, dois anos pra cá, por causa da minha coluna que eu não posso ir mais, mas de vez em quando eu ainda vou no camarão. No camarão eu vou.*

*Eu criei meus 2 filhos embaixo de uma barraca. Meu primeiro filho mesmo, ele já foi com 3 meses pra dentro de um bote [...] porque não tinha com quem deixar né, e eu pesquei aí Lagoa a fora, pesquei na Mirim, na Lagoa Mirim, quando era permitido os daqui pescar lá, eu acampava lá 3, 4, 6 meses, passei fome, passei frio, quase morri. [...] Já fui pescar lá no Oceano e fui a primeira mulher que saiu lá no Oceano pra fora.*

*Eu comecei assim com a minha mãe, que a minha mãe a gente ia pescar o camarão assim de cair na água, que agora é proibido né, mas antes não era. Aí depois eu me casei aos 15 anos e o meu marido era pescador, aí eu segui pescando junto.”*

[C]

*“Com 12 anos comecei a trabalhar na salga, na Solisa, a gente descascava peixe, limpava peixe, salgava, gelava, sabe? Daí foi aquela coisa de envolvimento com peixe, aí eu casei, meu marido começou a pescar daí eu comecei com ele, sabe, pra não botar outro pra pescar junto. Eu ia com ele, aí quando os guris nasceram, aí eu parei.”*

[S e N]

*“Muitas vão com o marido.*

*Eu acho que tem umas 30, mas realmente na safra tem mais, na safra do camarão mesmo elas vão direto e elas vão até acampar com eles lá.*

*Na época da safra que aumenta a pescaria, vão e ajudam, mas na época que é pouco assim não, imagina se só pra um homem ir lá no mar pescar já ganha pouco, daí é pra onde elas vão pra faxina, vão fazer os serviços nas fábricas ou pra outras coisas.*

[Pergunta] *Vocês tinham comentado que até tem homem que faz a limpeza do camarão né?*

*Ah, a maioria é criança, guri também.*

*Tem, mas sabe como é que é, os que limpam o camarão eles meio que se escondem, fica em casa, ajudam a mulher, aquela coisa. Na salga mesmo é raro, é poucos que vão.*

*Na salga mesmo se tu entrar tu vai ver guri de 12, 11 anos.*

*Eles também não podem ir pra fora pescar né.*

*Eles não podem ir pescar, daí eles ficam aqui. Daí homem mesmo, na salga, vai ser difícil tu ver.*

*Em casa todos ajudam as mulheres.”*

## **As mulheres na atividade pesqueira e a legislação brasileira**

---

Art. 1o Este Decreto regulamenta a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça sua atividade, exclusiva e ininterruptamente, de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie, de que trata a [Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003](#).

[...]

§ 4o O benefício será devido ao pescador profissional artesanal inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e com licença de pesca concedida que exerça a pesca como atividade exclusiva, nos termos da legislação.

[...]

§ 6o A concessão do benefício não será extensível aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal, assim definidos em legislação específica, e nem aos componentes do grupo familiar do pescador profissional artesanal que não satisfaçam, individualmente, os requisitos e as condições estabelecidos neste Decreto.

---

Esta outra categoria, utilizada para fins de inscrição no Registro Geral da Pesca, “trabalhadores de apoio à pesca” fica assim conceituada no Decreto 8.425 de 31 de março de 2015:

---

VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal;

—  
Porém é revogado pelo Decreto no 8.967, de 23 de janeiro de 2017 (ver situação atual?)

Estas atividades passam a serem legalmente denominadas de “atividades de apoio à pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017 desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Pesca.

Com o texto revogado, o Estado que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Pesca. Este processo torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca.

### **Considerações finais**

Bem, é justamente nestes trabalhos de “apoio” à pesca artesanal que encontramos a maioria das mulheres da Z3, concordando com o observado em “Estado da pesca e aquicultura no mundo” (FAO, 2014) de que mulheres são 90% das pessoas que exercem atividades de processamento de pescados.

Na Z3 elas fazem isso nas salgas - peixarias que carregam este nome como herança dos tempos em que o único método de conservação disponível era o sal. Nas salgas, o trabalho é informal e o pagamento é por produtividade (também sujeito à disponibilidade de peixe/camarão na safra). Dentre as diversas implicações que esse regime de trabalho traz, vou destacar apenas as relacionadas à saúde:

O trabalho é executado em pé, em torno de uma mesa, em constante contato com água. Quando a salga é legalizada e recebe fiscalização (poucos casos), as mulheres usam botas e um avental para proteger a roupa. Muitas das salgas da Z3 são peixarias pequenas, sem qualquer processo de fiscalização, e ali as mulheres utilizam equipamentos de proteção individual se quiserem ou tiverem:

[Pergunta] *Tentam proteger a roupa com avental?*

[E1] *Sim.*

[E2] *Isso não é um avental, isso é uma sacolinha!*

Como o camarão é muito delicado e a remuneração para o que foi produzido é o peso de camarão descascado, elas não utilizam nada para proteger as mãos, caso contrário acabariam deixando produto na casca. Como o crustáceo é escorregadio e solta uma gosma que afina a mão, utilizam um produto proibido para executar o descasque, a pedra ume, que é um composto de sulfato de alumínio e potássio comercializado em farmácias:

[Pergunta] *tu trabalha com a mão pura assim, ou tu usa alguma coisa nas mãos?*

[L] *não, no camarão tem que ser pura, e pisa. Pisa, pisa, pisa, que tem dias que tu acha que nem vai poder trabalhar. E dói muito porque ele come, ele come, ele gasta a pele, sabe?*

[Pergunta] *mas é alguma coisa que tem no camarão mesmo?*

[L] *é o próprio camarão, que ele tem uma água assim, é o próprio camarão mesmo, da casca, não adianta, não tem, por mais que tu descasque debaixo da água, ele sempre vai comer teus dedos.*

[Pergunta] *e aí como é que faz se tá com a mão toda detonada?*

[L] *aí tu tem que chegar em casa, botar remédio, no outro dia botar um esparadrapozinho e ir de volta, seguir em frente. Aí se tu não descascar 20 quilos, vai descascar 15, conforme dá, até curar de novo.*

[N] *Não se põe no camarão, mas tu enfia a mão pra, sabe, a tua mão ficar áspera pra conseguir do camarão não resvalar da tua mão, tem todo esse processo né que é proibido, salga legalizada não pode usar de jeito nenhum.*

*A gente compra entre 5, 6, cada um pega um pano, põe ali e faz uma trouxinha, põe aquela trouxinha na água, aí quando tu vê que a água tá boa, tu tira a trouxinha que é pra render, que a pedra úmida vai desmanchando.*

Destaco também que com todas as mulheres com quem conversei, nenhuma recebeu em qualquer momento qualquer orientação de saúde relacionada aos tipos de atividades que desenvolvem na pesca. Além disso, lembrando que como as relações de trabalho nas salgas são informais, elas ficam alijadas de qualquer possibilidade de acessar a Previdência Social ou requerer qualquer direito por problemas de saúde ocupacional.

### **Referências bibliográficas**

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81

BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development. *Marine Policy* 29. 2005. p. 451–459.

FLP – Fórum da Lagoa dos Patos. Atas de reunião. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reuniões.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

GAMMAGE, Sarah. (1996) The tattered net of statistics. In: KUMAR, K. G. Gender Agenda - Women in Fisheries: a Collection of Articles from SAMUDRA Report. Published by International Collective in Support of Fishworkers (ICSF), India, p. 36–40. 2004.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca e Gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas / RS - Brasil). *Vivência: revista de antropologia*. UFRN/DAN/PPGAS v. I., N 47 (jan/jun. de 2016),- Natal: UFRN. 2016.p. 123 - 136.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia. As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS. Relatório de Pesquisa do projeto Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, 2015 (não publicado).

WALTER, Tatiana, et al. Relatório Técnico: Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos/RS. Rio Grande: FURG, 2014.